



No Recôncavo da Guanabara. Apontamentos sobre escolas, mestres e alunos na Vila de Iguassú (1838-1860)

In the Recôncavo of Guanabara. Notes on schools, masters
and students in the Village Iguassú (1838-1860)

Jordânia Rocha de Queiroz Guedes
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

José Gonçalves Gondra
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

O presente artigo analisa três aspectos do processo de escolarização, tomando por base municípios e freguesias vizinhos da Corte Imperial. Tais reflexões se concentram no exame dos mecanismos de abertura e distribuição de casas e prédios escolares, nomeação dos docentes, mapeamento dos sujeitos das escolas, relações e tensões existentes, no âmbito das casas escolares, das referidas freguesias e municípios localizados distantes dos grandes centros. Para isso, neste artigo, privilegiamos o exame do processo de escolarização na Vila de Iguassú, cuja sede ficava na Freguesia Nossa Senhora de Iguassú, município hoje conhecido como Nova Iguassu, no Estado do Rio de Janeiro. Nesse movimento, procuramos analisar o caráter dos discursos que emergiram de modo a constituir a escola como um acontecimento e o efeito deles na legitimação da forma escolar de educação nessa região da chamada baixada fluminense.

Palavras-chave: Nova Iguassu. Escolarização. Corte imperial.

Abstract

This article examines three aspects of the processes of education, based on neighboring municipalities and parishes of Imperial Court. Such thoughts focus on examination of opening and distribution mechanisms of school buildings and houses, appointment of teachers, mapping of schools, relations and tensions within the school houses of municipalities located far from major centers. To do this, in this article, we examine the process of schooling in Villa de Iguassú, whose headquarters was in the parish of 'Freguesia Nossa Senhora de Iguassú', municipality today known as Nova Iguacu, in the State of Rio de Janeiro. In this entry, we analyze the character of the speeches that have surfaced to the school as an event and the effect of the same school form in the legitimization of this region of education called downloaded fluminense.

Keywords: Nova Iguassu. Schooling. Corte imperial.



Introdução

Inicialmente parte integrante da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Iguassú foi elevada à categoria de município por meio de Decreto de 15 de janeiro de 1833, assinado por Nicolau Pereira de Campos Negreiros. Passou, então, a compreender, no seu termo, as freguesias de Iguassú, Merity, Inhomirim, Pilar, Santo Antonio de Jacutinga e a Freguesia de Marapicú. Na década de sua criação, a sociedade brasileira vivia uma série de problemas que se estendiam desde a Corte até os extremos do país. Pedro I havia abdicado cerca de dois anos antes, seu filho Pedro II estava com, apenas, seis anos de idade e, no governo do país, estava a Regência Provisória, formada pelos senadores Marquês de Caravelas, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e o brigadeiro Francisco de Lima e Silva, todos pertencentes ao Partido Liberal.

No ano de 1835, a Villa é extinta e seu território dividido entre Vassouras e Magé, passando a se chamar Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú². Em 1836, após uma mobilização popular liderada por Francisco José Soares³, comerciante da região, com relações regulares com personagens do cenário político, dentre os quais Paulino José Soares de Souza – o futuro Visconde do Uruguai. Foi esse comerciante quem assumiu a presidência da Câmara de Vereadores e a liderança do partido Liberal no plano local. Iguassú retorna ao estatuto de Município, “[...] nos precisos termos do decreto de sua criação”, e segundo Pereira (1970), não aconteceu, plenamente, visto que uma de suas freguesias, Inhomirim, deixou de integrar o território iguaçuano⁴.

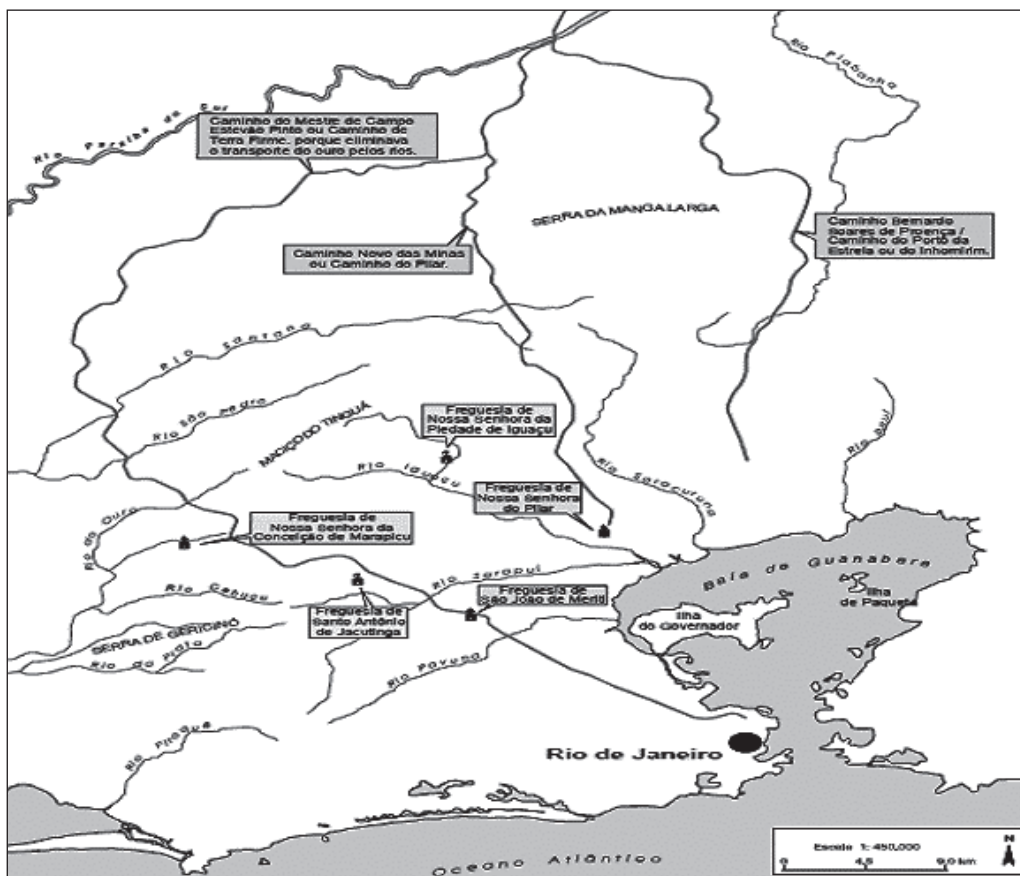
Outra hipótese para a relação entre Paulino José Soares e as terras iguassuanas remete aos laços familiares. O sogro de Paulino Soares casara-se com uma prima ligada aos Azeredo Coutinho⁵, família essa proprietária de um número expressivo de terras na Freguesia de Marapicú, pertencente à Comuna de Iguassú. A aliança entre as duas famílias foi decisiva para a época e o próprio Paulino Soares se beneficiou dessa rede que abrangia a Corte, a Província do Rio de Janeiro e algumas cidades brasileiras localizadas no Espírito Santo e Minas Gerais.

Situado em uma posição geográfica cercada de rios, Iguassú possuía uma dezena de portos, alguns figurando entre os principais da Baía de Guanabara. Por meio desses portos, o comércio foi se ampliando, na medida em que produtos agrícolas da Serra do Mar, vindos das fazendas interioranas,



e o ouro vindo das Minas Gerais também passava por suas ruas, através do caminho aberto por escravos, na chamada rua do Comércio.

Figura 1– As principais freguesias iguaçuanas



Elaborado por Rafael da Silva Oliveira e Paulo Afonso, em março de 2005. Adaptação com base na Carta Topográfica do Rio de Janeiro feita pelo Sargento-mor Manoel Vieira Leitão, em 1767.

De acordo com Pereira (1970), a sociedade Iguaçuana estava dividida em duas partes: aqueles que, apenas, tinham negócios e fazendas na Villa e gozavam do “progresso” da Corte, que entregavam seus negócios a prepostos ou administradores e pouco participavam das atividades da Villa; e os que moravam na região, como comerciantes, proprietários, escravos,



lavradores e agricultores pouco ou totalmente iletrados. Do ponto de vista dos partidos políticos, os dois únicos existentes eram o Liberal e o Conservador, e as contendas partidárias eram conhecidas pela violência de suas ações.

Primeiras escolas, primeiros mestres

Após a independência brasileira, a afirmação do Estado e a construção da Nação estiveram intimamente ligadas à capacidade de fazer valer, no Império Brasileiro, o império da lei. (FARIA FILHO, 2003). Essa disposição, também, se encontra rebatida no plano da escolarização da população pobre e livre, pois se construía o argumento da necessidade de pessoas minimamente formadas de modo a atender às exigências fundamentais para a constituição do Estado Imperial.

A primeira lei imperial sobre a instrução elementar, a Lei Geral do Ensino, de 15 de outubro de 1827, determinava a abertura de escolas de primeiras letras nas cidades, vilas e lugares mais populosos. Em 1834, o Ato Adicional que modifica a Constituição de 1824, decreta uma descentralização do Ensino por meio do que caberia às províncias a responsabilidade na organização, manutenção e expansão de seus sistemas de instrução, tanto do ensino primário quanto do ensino secundário.

De acordo com Mattos (1999), podemos observar que a instrução das classes populares no Império procurava representar o rompimento com as trevas do passado colonial e, para esse fim, houve uma mobilização por parte da elite política e letrada da época. No entanto, o desenvolvimento do quadro de cada município, villa e freguesia também dependia dos interesses e acordos políticos de cada região e de seus agentes.

Segundo o relatório do presidente da província do Rio de Janeiro do ano de 1838, na Província do Rio de Janeiro, existiam 21 escolas públicas de primeiras letras. Dessas, apenas, duas eram destinadas à instrução das meninas. A frequência, em todo o território provincial, totalizava 65 meninas e 599 meninos, sem contabilizar os alunos da rede particular, pela imprecisão dos dados, segundo o mesmo relator.⁶

Na sede do novo município de Iguassú, é "preparado", em 1837, um prédio escolar para meninos, não tendo sido possível o preenchimento imediato da vaga de professor, devido à falta de candidato habilitado. No



relatório, é possível encontrar referência a seis outros municípios que, nesse mesmo ano, encontravam-se sem professor: Santo Antônio de Sá, São José da Barra, Nova Friburgo, Resende, São João do Príncipe e Barra Mansa.⁷

Podemos observar que a distância geográfica dos referidos municípios em relação à Corte ou mesmo da capital da Província, Niterói, surge como fator de resistência de alguns candidatos ao magistério público, que se recusavam a assumir cadeiras nos municípios mais afastados. No caso de Iguassú, a viagem da Corte até o centro da Villa, poderia durar cerca de quase três horas, podendo ser feita de barco ou por meio de diligências, pelas estradas esburacadas, mal iluminadas e sem qualquer segurança. Uma das reclamações presentes nos relatórios remete ao problema dos baixos salários, considerados insuficientes pelo próprio presidente da província fluminense, Paulino de Souza. Em sua perspectiva, os salários não supriam os desafios que os professores encontrariam em vilarejos distantes do grande centro.

Outra dificuldade relatada consistia na falta de edifícios para instalar as escolas. Os já existentes em vilas e povoados, em sua grande maioria, já estavam ocupados e não eram considerados próprios para o funcionamento de unidades escolares. Ao descrever os estabelecimentos existentes no mapa da Villa de 1837⁸, Pereira (1970) assinala a existência dos edifícios da câmara de vereadores, cadeia, fórum, armazéns, casas comerciais, igreja, cemitério, chafarizes, e casas de moradores, sem mencionar o prédio escolar. Com isso, é possível acreditar que a primeira escola de primeiras letras de Iguassú funcionou em casa alugada para esse fim, fato esse muito comum em toda a extensão provincial. No que se refere ao aluguel de casas para escolas em Iguassú, os registros a respeito dessa matéria aparecem em relatórios de vinte anos depois da criação de sua primeira escola.

Um mapa elaborado por Jacob Niemeyer, em 1837, auxilia na compreensão do que representava, geograficamente, o espaço da Villa de Iguacu.

Era uma villa cercada por morros, com pequenos portos que recebiam o nome dos seus respectivos proprietários e um armazém pertencente à Câmara Municipal. A geografia local pode também indicar a dificuldade de locomoção para os que moravam distante do Centro comercial. Peixoto (1969) indica que, no centro da Villa Iguassuana, não existiam muitas casas senão a dos moradores mais ilustres, visto que parte da população vivia nas fazendas e os moradores mais pobres encontravam-se distribuídos pela região.



Isso, provavelmente, interferiu no número de alunos nas escolas de primeiras letras e na afirmação desse equipamento.

Figura 2 – Mapa da Villa de Iguaçu no ano de 1837



144

- 1 – Morro da Cadeia 17- Nossa Senhora da Piedade
- 2 – Caminho da Serra 18 – Morro M. Lima
- 3 – Porto do Pinto 19 – Morro Demetriano
- 4 – Porto do Viana 20 – Brejo- Cabambé
- 5 – Porto Soares e Mello 21 – Marambaia
- 6 – Porto dos Passageiros 22 – Caminho dos Velhacos
- 7 – Porto dos Saveiros 23 – Caminho para Tinguá
- 8 – Câmara (Paço) Municipal 24 – Estrada do Comércio
- 9 – Cadeia 25 – Estrada do Cabambé
- 10 – largo dos Ferreiros 26 – Córrego Manangá
- 11 – Armazém Soares e Melo 27 – Estrada da Olaria
- 12 – Porto de Iguaçu
- 13 – Morro do Pessoa
- 14 – Morro do Marinho
- 15 – largo do Vítor
- 16 – largo Lava-Pés

É importante ressaltar que a questão da arquitetura escolar, da configuração desse espaço fechado, próprio, adequado ao funcionamento da escola comparece nos debates iguassuanos e no conjunto das experiências



de escolarização do Brasil e do exterior. Nesse sentido, o que se processa na província fluminense pode ser compreendido sob o registro de que esse problema se constitui em um tema obrigatório quando se quer pensar a escola e sua especificidade (Cf. BENCOSTTA, 2006; ESCOLANO & FRAGO, 1998; GONDRA, 2004; VARELA, 1991; dentre outros). Portanto, não é gratuita a presença da questão dos prédios escolares no relatório que Paulino José de Souza:

Não he possível ter uma boa escola em máo edificio insufficiente, insalubre, e defeituoso, porque não he possível em semelhante local classificar bem os allunos, distribuir e ordenar classes e dar ao seu ensino todos os precisos desenvolvimentos. (RELATÓRIO PROVINCIAL 1838, p. 5).

Ao lado desse aspecto, é importante assinalar a dupla função do edifício escolar, visto que, também, deveria funcionar como casa para os docentes. Sobre esse tema, no mesmo relatório, o presidente da província assinala:

Parecera-me, portanto necessário que primeiramente em cada cidade, ou villa, depois nas povoações de cada município, em que houvesse ou fossem creadas escolas , construissem as municipalidades huma casa para Escola com as precisas acomodações para os professores, conforme uma planta organizada com as disposições e todas as condições necessárias, sendo o edificio maior ou menor, segundo as necessidades actuaes ou augmento da população. (RELATÓRIO PROVINCIAL 1838, p. 6).

No dia vinte e dois de novembro de 1838, o professor nomeado para Iguassú, Antonio Inocêncio Furtado de Mendonça⁹, recém-formado na Escola Normal de Niterói, “abre”, segundo o relatório, sua escola para meninos. Com “apenas” nove discípulos, a nova escola incomodou o presidente da província que atribuía o pequeno número de alunos à distribuição da população por um extenso território, de grandes distâncias, considerando-se ainda que, na maior parte das vilas e povoados, a população era diminuta e que os demais se encontravam nas fazendas e estabelecimentos rurais, longe do centro. Os pais destes, por sua vez, não tendo na Villa quem recebesse “em casa” seus filhos, ou até mesmo, por não confiarem no professor, tido como um “estrangeiro”, preferiam “entregar seus filhos a ignorância.” (RELATÓRIO PROVINCIAL, 1838, p. 7).



O professor Antônio Inocência e sua escola aparecem nos relatórios até o ano de 1850, quando é substituído por Luiz Antônio de Souza. Peixoto (1968) afirma que, mesmo a escola sendo “organizada” em 1837, é a partir de 1850 que os primeiros professores de Iguassú deixam seus nomes “gravados” na história como “educadores”¹⁰.

Segundo o relatório provincial, o método de ensino utilizado era o mútuo, disseminado na Europa e nas Américas, oficializado, no país, pela Lei Geral de Instrução de 1827, que, em seu quarto artigo, acrescentava que o método de ensino nas escolas seria o mútuo, tanto nas cidades, vilas e lugares mais populosos, onde fosse possível se estabelecer.

O ensino mútuo surgiu na Europa em fins do século XVIII e início do XIX com o aumento da demanda de ensino das camadas populares e com a expansão da escolaridade sob a responsabilidade do Estado. (FARIA FILHO, 2000). A partir dos anos 20 dos oitocentos, reproduz-se no Brasil um discurso no qual o ensino individual passou a ser considerado ineficiente, estratégia para afirmar o método mútuo e o simultâneo como a melhor solução. Na década de trinta, ainda encontramos alguns relatórios com a inscrição individual/mútuo, mas a partir da década de quarenta, a referência ao mútuo se generaliza. Contudo, é possível notar limitações em relação ao emprego dos mesmos, como consta nos relatórios de vários presidentes de Província¹¹.

O número de colégios particulares existentes na Corte e nas Províncias foi convertido em alvo de preocupações, devido à “falta de controle” no processo de criação e funcionamento dessas escolas. Na Villa de Iguassú, por exemplo, em 1839, há o registro da existência da escola particular dirigida pelo Professor Lúcio José da Silva, chamado “Colégio Lúcio”. Contudo, até o momento, nada mais encontramos a respeito de seu surgimento e funcionamento nos documentos “oficiais”, como relatórios e mapas escolares. Porém, essa escola aparece nos registros de Peixoto (1969) e Pereira (1970) e outro sinal da presença desse professor na escrituração oficial aparece trinta anos depois, desta vez, na condição de professor público em uma escola em Rio do Ouro.

O registro da primeira escola para meninas na Villa de Iguassú data de 1840, sob a regência da professora Francisca de Paula Adelaide de Moura. Ao contrário de Inocência, Adelaide se faz visível nas narrativas sobre Iguassú. Sua permanência, nos relatórios, segue até os idos da década de 1860 e,



de acordo com um dado histórico de grande relevância, não ensinou apenas meninas em sua escola. Joaquim Eloi dos Santos Andrade, médico nascido na Villa de Iguassú em 1842, ao publicar seu livro: “As causas que determinam as Dispepsias Gástricas” no ano de 1868, declara ter sido aluno da professora Adelaide em sua escola.

Temos aqui um indício que merece ser mais explorado. Trata-se da existência de uma experiência de escola mista em meados do século XIX, o que sugere a presença de arranjos locais para lidar, inclusive, com a falta de escolas e/ou reduzido número de alunos. Esse fato pode sugerir, também, uma ação privada de professores públicos, procedimento relativamente comum na corporação. No entanto, parece estar revestido de algo inédito, que consiste no fato de uma professora ensinar meninos. O exame mais aprofundado desse caso pode demonstrar a continuidade da dupla militância dos professores e, ao mesmo tempo, a instalação de uma descontinuidade no que se refere à questão do gênero.

Escolas de segunda classe – A presença de pretos e pardos

147

Segundo Mattos (1999), a solução proposta ou implementada na esfera da instrução pública, no fundamental, vislumbra a civilização a definir a condição de povo, com base na direção impressa pela “boa sociedade”, que tratava de criar mecanismos para conservar o lugar que ocupava na sociedade, mas também reconhecer, reproduzir e legitimar as diferenças e hierarquizações na sociedade e no próprio interior dos grupos dirigentes. O lugar das classes inferiores na sociedade sempre se impunha em discursos de vários segmentos da elite Imperial e em todas as Províncias brasileiras.

A inclusão deveria ser processada, desde que não colocasse em risco as formas tradicionais de submissão da maioria ao jugo e exploração da elite Imperial, revelando, assim, o caráter autoritário e excludente da nação que se queria construir.

Tratando-se da escolarização da Província do Rio de Janeiro e seus Municípios, Freguesias e Vilas, o Regulamento de Instrução Primária, de 14 de dezembro de 1849, elaborado na gestão de Luiz Pedreira do Couto Ferraz, procura instituir as escolas de primeira e segunda classe.



A diferença entre as escolas de primeira e segunda classe constava nas cadeiras que seriam ministradas, sendo que as escolas de primeira classe apresentavam um maior número de cadeiras, destinadas à população dos grandes centros de saber e poder da Corte e da Província e também dos municípios e freguesias com grande destaque econômico.

No que se refere ao Regulamento de 1849, Villela (2000) afirma que ele estabelecia uma divisão entre as escolas de primeira e segunda classe e que, a partir de então, a maioria das escolas seria de primeira classe com um currículo bem reduzido:

[...] a partir de então, a maioria das escolas da província seria de primeira classe, com um currículo bem reduzido, o que significava retroceder ao modelo das "escolas de primeiras letras". As escolas de segunda classe, em número reduzido, localizadas apenas nas freguesias ou curatos, destinar-se-iam somente a aqueles elementos que reunissem condições mais favoráveis para continuar os estudos. (VILLELA, 2000, p. 123-124).

148

De acordo com os Relatórios Provinciais do ano de 1853, é exatamente o oposto que se verifica: as escolas de Segunda classe seriam a maioria das escolas em toda a província, com um currículo reduzido, destinadas a ensinar a ler, escrever e contar, enquanto as escolas de primeira classe teriam o seu currículo estendido:

As escolas se dividem em duas classes: Em todas elas se ensinam a leitura, a escrita, as classes elementares da aritmética e o catecismo. Nas de primeira classe se ensina, além disto, a gramática, a aritmética completa, as noções de álgebra e de geometria elementar, elementos de geografia e resumo da história nacional, e se faz à leitura explicada dos evangelhos, pelo programa legal deve-se também ensinar música. (RELATÓRIO PROVINCIAL, 1853, p. 20).

Almeida, também, destaque esse Regulamento, quando assinala que:

Um pouco mais tarde, em 14 de Fevereiro de 1849, um novo Regulamento foi promulgado por Luiz Pedreira do Couto Ferraz, depois Visconde do Bom Retiro, o mesmo que, como ministro, regulamentara a instrução pública no Rio de Janeiro. Trazia algumas modificações ao programa de ensino primário, dividido em escolas de primeiro e segundo graus. (ALMEIDA 1989, p. 95).



○ Regulamento de 1849 também procurava disciplinar o salário dos professores. Os nomeados, após essa nova regulamentação e que exercessem seu ofício em escolas de segundo grau, receberiam um salário menor e não precisaria mais ser formado pela Escola Normal, seriam formados pela “prática”, assumindo o cargo como professor adjunto, trabalhando junto a um professor efetivo. Submetido e aprovado em exame de capacidade, poderia conquistar sua efetivação. O cumprimento desse dispositivo não pôde ser atendido em virtude da falta de professores habilitados. Para se ter uma ideia, no ano de 1853, na Província do Rio de Janeiro, havia, apenas, quatro escolas de primeira classe em funcionamento em Niterói, Campos, Cabo Frio e Angra dos Reis.

Em Iguassu, a partir desse Decreto, as escolas seriam nomeadas de segunda classe nos documentos oficiais do Império. Se a Corte e Província do Rio foram convertidas em espaço de testes e experimentação das tecnologias de disciplina e regulamentação para investir a escola na condição de “máquina” necessária aos tempos modernos (GONDRA, 2007), nos municípios e vilas longes dos grandes centros, tais experiências deveriam ser reproduzidas.

Por mais simples que possa parecer, o desenvolvimento das competências para “ler, escrever e contar”, atribuídas às escolas de primeiras letras, fazia parte de um mecanismo de organização da nação e de sua população urbana e rural, como a iguassuana. Mattos (1999) atentarà ao detalhe que não se tratava apenas de ensinar a “ler, escrever e contar”; tratava-se de difundir o mais amplamente possível a “língua nacional”, sua gramática, de modo que fossem superadas as limitações de cada natureza impostas pelas falas regionais, difundir as operações matemáticas como condição de fundamentação da razão e que um número de cidadãos que estavam se formando reconhecesse a Nação como um território íntegro, indivisível e pacificado¹⁴.

No que se refere ao município iguassuano, na documentação consultada¹⁵, ainda não foram encontrados registros a respeito de escolas secundárias de instrução pública ou particular. A instrução secundária se destinaria a formar a elite ilustrada, de modo que pudesse exercer mais plenamente os atributos de liberdade e propriedade, ao constituí-la como portadora de capital cultural restrito a um pequeno círculo que geria o aparelho de Estado, tanto em nível local, quanto em nível mais amplo do Império. (ALVES apud FARIA FILHO, 2006). A criação de escolas secundárias, nos arredores da Província do Rio de Janeiro e da Corte, era vista como desperdício, como declarado no Relatório Provincial do ano de 1853:



Era então, na minha opinião, e ainda o é, que as províncias devem espalhar escolas primárias por todos os pontos em que forem necessárias e ir deixando de alimentar estabelecimentos de instrução secundária, dispendiosos e mais úteis aos filhos dos filhos dos homens abastados do que ao geral da população. (RELATÓRIO PROVINCIAL, 1853, p. 53).

No ano de 1850, Iguassú contava com cinco escolas públicas de primeiras letras distribuídas por suas quatro freguesias: Nossa Senhora da Conceição de Marapicú, São João Batista do Merity, Nossa Senhora da Jacutinga, Nossa Senhora da Piedade do Iguassú. No ano de 1855, é criada a Freguesia de Santana das Palmeiras. De acordo com as estatísticas apresentadas nos relatórios provinciais, a população iguassuana era portadora de uma singularidade: cerca de 60% era composta por pardos e pretos livres que participavam ativamente da vila e do comércio local. As fontes pesquisadas, até o presente momento, não se referem à presença de meninas ou meninos negros no interior das escolas. No entanto, a hipótese de uma sala de aula miscigenada do ponto de vista étnico-racial não pode ser descartada, sobretudo quando observamos a composição étnica das freguesias da Villa. Para se tentar uma aproximação relativa à população local (livre e escrava) no censo provincial de 1851, o Município de Iguassú apresentava a configuração conforme os Quadros 1 e 2.

150

Como pode ser observado, o número de escravos era maior do que a população livre e aproximadamente 60% da população era constituída por pardos e pretos. Isso nos leva a indagar acerca da presença dessa parcela da população na escola, sobretudo quando se percebe que cerca de 1/3 dos pretos e pardos são homens e mulheres livres¹⁶. Essa caracterização da população nos leva a suspeitar de que a escola iguaçuana não se constituía em um monopólio ou exclusividade dos brancos, fato já evidenciado em outras localidades¹⁷.

Ao analisar um documento, que se parece com um mapa escolar, datado de 1883, vinte sete anos após o período que nos propusemos a analisar neste artigo, Peres (2000) se refere a uma escola do ano de 1869 que funcionava em Sant'Ana das Palmeiras, cujas terras foram incorporadas à Vila de Iguassú no ano de 1855.¹⁸ De localização serrana, o professor "nomeado" João Antônio de Barros, registra que esse estabelecimento para meninos, que ficava na "raiz da serra de Tinguá", na estrada do Comércio, era composto



de um “cômodo para a escola e para a família do professor: sala para a aula e um quarto para o cabide, talhas e acessórios, mais uma sala, três quartos, varanda de jantar, cozinha para vivenda do professor e sua família”. Descreve, ainda, que, para meninos, a escola mais próxima ficava cerca de nove quilômetros (na Villa), não havendo na freguesia outra escola, nem mesmo uma particular. Ao continuar sua narrativa, descreve a mobília da escola, constituída de bancos sem encosto, “taboa” de cálculo, mesa para professor, estrado, cadeira em mau estado, duas cadeiras imprestáveis para visitas e um armário. No espaço destinado a descrever o estado da mobília, está registrado “pés-simo”. Seis eram os seus alunos, sendo afirmado que a falta de assiduidade era o que havia “retardado o progresso da escola”, falta essa atribuída ao sarampo e a coqueluche. Ao finalizar sua descrição, assinala que o que faltava na escola era uma reforma geral.

Quadro 1 – Demografia da população livre de Iguassu (1851)

Freguesias	Branco		Indígenas		Pardos		Pretos		Total
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	
Jacutinga	520	432	0	0	505	606	126	136	2.325
Marapicú	840	679	0	0	674	613	282	234	3.322
Merity	162	96	0	0	249	279	89	98	973
Piedade	930	649	0	0	623	762	244	326	3.524
Total	2452	1856	0	0	2051	2260	741	794	10154

151

Quadro 2 – Demografia da população escrava de Iguassu (1851)

Freguesias	Pardos		Pretos	
	Homens	Mulher	Homens	Mulher
Jacutinga	87	71	1746	1386
Maparicú	227	184	1901	1411
Merity	57	44	615	519
Piedade	94	117	1326	1069
Total	465	416	5588	4385



A narrativa desse professor nos leva a refletir acerca das escolas existentes no município. Nas suas palavras, encontramos informações sobre o estado de conservação da casa-escola, dos móveis e utensílios. O conjunto de elementos arrolados pelo professor Santos nos leva a imaginar que, provavelmente, as demais escolas da vila não deveriam ser tão diferentes, o que indicia os problemas vividos no processo de implantação e afirmação do modelo de educação escolar no município de Iguassú. Como vimos, no caso de Sant'Anna das Palmeiras – freguesia situada no pé da serra – a maior parte da população era composta por trabalhadores rurais, homens e mulheres pobres, mestiços em sua maioria. Isso ajuda a compreender a inexistência de escolas particulares como um traço articulado à condição social da população local.

Mattos (2000) afirma que a categoria “pardo” foi, inicialmente, utilizada para designar a cor mais clara de alguns escravos, especialmente sinalizando para a ascendência europeia de alguns deles, que se ampliou quando teve de abranger uma crescente população para a qual não cabia mais a designação de “preto”, acrescido do fato de muitos pardos livres terem se tornado donos de escravos. Nas informações relativas ao município iguassuano, se pode perceber uma maioria significativa de pardos livres e uma minoria de pardos escravos e, nos anos finais do século XIX e início do XX, podem ser encontradas famílias designadas “pardas” envolvidas na educação e na imprensa local.

Segundo Gondra e Schueler (2008), é necessário refletir mais sobre o fato de que nem todos os negros africanos e seus descendentes que viviam no Brasil ou para cá foram trazidos, compulsoriamente, viveram na condição de escravos ou permaneceram nesse regime ao longo da vida. Reduzir a sociedade brasileira oitocentista em senhores (brancos) e escravos (negros) se constitui em uma visão empobrecedora que, atualmente, vem sendo superada em virtude do crescimento das pesquisas historiográficas¹⁹. A estimativa era que 1/3 da população livre em todo o Império era constituída por negros livres e libertos, especialmente nas regiões de atividade econômica mais intensa.

Como assinalado, ao encontrarmos número reduzido de escolas públicas de primeiras letras e número significativo de escolas particulares Iguassú nos anos cinquenta do século XVIII, é possível pensar que a maioria de pobres e mestiços estaria nas escolas públicas dos centros das freguesias e os mais abastados com os professores particulares em suas casas e fazendas. Ao trabalhar com tal hipótese, isso não significa que havia um caráter democrático



e ausência de preconceito em uma população de maioria afro-descendente. Nesse caso, é necessário pensar a população inserida no espaço escolar e nas disputas que tais movimentos geravam. No entanto, a omissão do dado “cor”, nos mapas estatísticos, o número de escolas particulares e o descaso na criação e manutenção de escolas públicas na região se constituem em obstáculo para que se possa aprofundar a reflexão no que se refere aos atores que compunham a massa escolar iguassuana e o seu efeito da mesma na vida desses sujeitos.

Indicar, por menor que seja a presença de pretos e pardos nas escolas de primeiras letras iguassuanas, não significa que isso se configurou em uma inserção deles nas experiências referentes à instrução em toda a sua plenitude. Gondra e Schueler (2008) defendem a hipótese de que a proibição das matrículas aos chamados “pretos livres”, tenha encontrado motivação no medo das elites senhoriais em relação aos perigos da propagação das letras entre os africanos livres, acalentando, assim, os sonhos de liberdade dessa parcela da população²⁰.

Em Iguassú, averiguar o perfil das escolas destinadas a essa população é possível para a compreensão da coação a que foram expostos. Uma escola para pretos e pobres significava, para alguns, uma forma de inserir essa camada da população no processo civilizatório. Nesse caso, a defesa da escolarização se fazia em condições bem determinadas, em um dispositivo que se complexificava, encarregado de “repelir” as “diferenças”. A necessidade do trabalho – mesmo na infância – a pobreza, a higiene e alimentação entre outros parecem não ter sido completamente eliminados da cultura política brasileira. Ainda hoje, tais elementos funcionam como medida para enquadrar ou banir das salas-de-aula os não privilegiados nas esferas sociais, raciais e econômicas.

Considerações finais

○ século XIX, no Brasil, possui características de um período em que a preocupação com a civilização e instrução do povo ganha uma importância fundamental. A organização da instrução foi uma das estratégias para a construção de uma unidade nacional e a garantia da ordem. A necessidade de uma expansão da instrução elementar, fazendo-a chegar às camadas mais pobres da população, significou não só um projeto para a afirmação de uma



classe dominante, como a ruptura com os elementos que remetiam ao passado colonial.

A organização do município iguassuano, em 1833, demonstra a necessidade de um grupo político em demarcar um território ligado por redes de relações familiares, políticas e econômicas e em ponto estratégico geograficamente, por onde escoava o ouro vindo de Minas Gerais e o abastecimento de grãos de cereais de toda a Província do Rio de Janeiro e Capital do Império. A criação de um novo município – como Iguassú – com destaque socioeconômico implicava a demonstração de progresso, e como falar em progresso, nesse período, sem se referir a escola?

De acordo com Faria Filho (2003), a instrução primária pretendia cumprir o papel civilizador da população, e, na Vila iguassuana, “manter a ordem para governar” era preciso e urgente. Porém fazia-se necessário “marcar” qual o público a que a instrução estava destinada e qual a escola destinada a esse público. Um discurso com ideais iluministas acerca da instrução começa a circular entre os proponentes da instrução pública brasileira do século XIX. Entretanto, os “limites” dessa inclusão se encontravam bem estabelecidos: uma instrução destinada aos cidadãos livres, de boa família, moradora de centros urbanos.

154

Como se procurou demonstrar neste artigo, a instalação da instrução pública iguassuana encontrou resistências dos moradores locais e dos que para lá se dirigiam. E isso nos leva a entender que a criação de escolas aconteceu em meio a conflitos e tensões. Era o “governo da rua” adentrando o “governo da casa”, na figura do professor “conhecido”, de quem se sabia a origem familiar e formação, portador de um capital cultural específico que lhe permitia e autorizava a cumprir o programa educativo-civilizatório a ele delegado.

O método de distribuição das escolas, uma em cada Freguesia, apresenta, também, a preocupação em dar a ver a escola na sede das freguesias. A despeito dessa medida, por serem rurais, as freguesias iguassuanas apresentavam grandes distâncias entre si, cercadas por grandes rios e fazendas, o que, provavelmente, dificultava o acesso de muitos às escolas.

A singularidade racial dos iguassuanos parece ter sido um “agravante” concernente às decisões tomadas no tocante à escolarização de Iguassú. Dentre os habitantes livres da região, mais da metade é descrita pelos ensaios demográficos feitos pela Província como pardos e pretos. Pode-se compreender



que a questão da nomenclatura racial e de quem lhes dava a atribuição são informações complexas, efetivadas em um contexto histórico em que não se pode afirmar, precisamente, quem eram e onde estavam socialmente inseridos. Entre os pretos e pardos livres, muitos configuravam um grupo detentor de algumas condições para a circulação entre os brancos livres, fossem pobres ou não. Donos de pequenas embarcações, pequenos portos e terras, o que sugere, de certo modo, a inserção desse grupo na sociedade local. Segundo Telles (2003), antes do século XIX, a raça servia para descrever a origem do indivíduo, não uma hierarquia de tipos biológicos, mas, ao decorrer dos novecentos, a preocupação crescente com a questão racial no desenvolvimento futuro do Brasil foi incrementada. Ideias científicas de que o preto era inferior e o pardo degenerado, bem como que o clima dos trópicos propiciava um enfraquecimento da integridade biológica mental dos seres humanos estava em “alta” a partir dos anos 1840.

O Conde Arthur de Gobineau²¹ afirmou que, no Brasil, a miscigenação havia afetado todos os brasileiros (exceto o imperador, de quem se tornara amigo), em todas as classes, até nas “melhores famílias”, tornando-os feios, preguiçosos e inférteis. Em seu discurso, chegou a classificar alguns ministros e membros da Corte como mulatos. Como se sabe, a miscigenação alcançou todos os níveis da sociedade brasileira, e mulatos ou pardos ocupavam posições importantes no Conselho de Estado, na Câmara de Deputados, no Senado, nas artes e na literatura²². Em Iguassú, alguns membros da Família Azeredo Coutinho foram classificados como pardos a partir da segunda metade do século XIX, porém outra corrente científica apregoava que os pardos eram distintos dos pretos de modo que se “assemelhavam” aos brancos.

Esse conjunto de elementos permite pensar na hipótese de que uma escola miscigenada em Iguassú tenha sido possível, sobretudo se considerarmos que tal equipamento colaborava para reconhecer e classificar a população, de modo a civilizar o que se descrevia como barbárie e, com isso, concorrer para evitar possíveis focos de uma insurreição. Ainda que apontada neste artigo, essa hipótese requer aprofundamento de modo a se pensar o impacto da instrução junto aos iguassuanos diante das condições sociais e raciais da população. Pensar a configuração social e étnica da vila, o conjunto de ações desenvolvidas no âmbito da esfera pública, privada, mas também de outros agentes que, eventualmente, tenham tomado para si a competência de formar o outro; observar estratégias, sujeitos, saberes e efeitos da escola em uma vila



do recôncavo da Guanabara; miscigenada e marcada pela desigualdade, tudo isso se constitui em desafio aberto. Desafio que supõe reinterrogar o saber já conhecido a respeito dessa experiência, a documentação disponível e o próprio questionário destinado a compreendê-la, a tradição da qual é herdeira e também a tradição que ajuda a forjar.

Notas

- 1 Segundo Peixoto (1968), a incompatibilidade entre o juiz de paz e a câmara e o fato de que a câmara desapropriou casa de moradores para diversos fins, chocando-se com a justiça foram os principais motivos que levaram a extinção da Villa. Escritores como Matoso Maia Forte discordam de Peixoto, afirmando não haver provas documentais para tal afirmação. No entanto, Peixoto baseia-se em documento existente na Biblioteca Nacional intitulado: "Exposição Franca e verdadeira das funções da Câmara Municipal da Vila de Iguassú, no ano de 1833 em que foi encerrada, até agosto de 1835".
- 2 Francisco José Soares nasceu em Manhuacelos, Portugal, no ano de 1798, seu tio o Padre da Igreja de Piedade de Iguassú o convidou para ser sacristão da Igreja. Casou-se e teve cinco filhos.
- 3 A freguesia de Inhomerim não retornou a Iguassú, ficando na Villa de Magé, e em 1846 passou a integrar o território da Vila da Estrela, "desmembrada" do Município de Magé.
- 4 Ilustres representantes dos Azeredo Coutinho foram D. Francisco de Lemos, reitor da universidade de Coimbra, D. Azevedo Coutinho, fundador do Seminário de Olinda e Aureliano Coutinho que ocupou o cargo de Presidente da Província do Rio de Janeiro nos anos de 1844 e 1848.
- 5 Disponível em: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u817/000003.html. Acesso em: abr. 2008.
- 6 Idem.
- 7 Mapa elaborado por Conrado Jacob Niemeyer.
- 8 Disponível em: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/770/000037.html. Acesso em: abr. 2008.
- 9 Rui Afrânio Peixoto, cita em seu livro *Memórias Iguaçuanas* (página 22), vários nomes dos professores que ele mesmo elege como "Os mais notáveis mestres". Nesta lista não consta o nome de Antônio Inocêncio Furtado de Mendonça.
- 10 A respeito desta questão, cf. Gondra & Schueler (2008).
- 11 *Imagens Iguassuanas*. Peixoto (1969) e Pereira (1970).
- 12 Joaquim, filho de um comendador e capitão de marinha, juntamente com outros meninos de famílias importantes da época, estudaram as primeiras letras na Villa.
- 13 Médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, escreveu o livro "Das causas que determinam as Dispepsias Gástricas".
- 14 No Império brasileiro outras províncias também adotaram o sistema de divisão de escolas por classes. Em Minas Gerais um modelo semelhante ao fluminense foi adotado em 1835, quatorze



- anos antes da Província do Rio de Janeiro, porém com uma diferença no tocante ao número de disciplinas por classes e por gênero: as escolas de primeira classe ensinariam a ler, escrever e a prática das quatro operações matemáticas e estariam localizadas em locais com menor número de habitantes. As escolas de segundo grau ensinariam a ler, escrever, aritmética até as proporções e noções gerais dos deveres morais e religiosos. Nas escolas para meninas, além do conteúdo semelhante daquelas de primeiro grau haveria “ortografia, prosódia, noções gerais de deveres morais, religiosos e domésticos”.
- 15 Do ponto de vista documental, recorremos aos Relatórios dos Presidentes e Vice-presidentes da Província do Rio de Janeiro, dos Ministros dos Negócios do Império, entre 1838 e 1860, utilizando os que estão disponibilizados na Internet no site da Universidade de Chicago (www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u817/index.html). A opção pelo uso das informações contidas nos Relatórios Provinciais está de acordo com a perspectiva apontada por Mattos (1999), em que afirma que o acompanhamento dos relatórios dos presidentes provinciais e seguir suas discussões travadas na Assembléia Fluminense pelas páginas de seus anais possibilitavam recuperar as intenções, os objetivos e os ideais que moviam os dirigentes governamentais, no que diz respeito a instrução e educação e ainda ao que tipo de Estado e sociedade se pretendeu esculpir, possibilitando assim compreender o tipo de povo que pretendiam formar. Outras informações a respeito da localidade estudada foram colhidas no IPAHB, onde tivemos contato com os poucos livros e periódicos que contêm dados sobre a escolarização de Iguassú no século XIX. Autores da história da constituição dos municípios que formam a atual Baixada Fluminense, como Peixoto (1968, 1969), Pereira (1970) e Peres (2000) também foram consultados na elaboração deste trabalho.
 - 16 Para um quadro nacional desta questão, cf. Gondra & Shueler, 2008.
 - 17 A esse respeito, cf. por exemplo, os estudos de Fonseca (2002a e b), Silva (2002) e Veiga (2004).
 - 18 Ver Peres (2000).
 - 19 Exemplos de experiências de escolarização de negros no século XIX podem ser vistas no Maranhão, Campinas, Província do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Província de São Paulo, Pernambuco e Paraná.
 - 20 Gondra e Schueler (2008, p. 236), sinalizam para o fato de que a condição jurídica dos pretos libertos era marcada por contradições e ambiguidades. Segundo a Constituição de 1824, os libertos, nascidos no Brasil, eram considerados cidadãos brasileiros, embora não gozassem de plenos poderes políticos, não podiam atuar como eleitores na escolha do colégio eleitoral, nem se eleger a cargos que exigiam o nascimento sem a “mancha de sangue” (ou seja o nascimento do ventre livre). A lei de 07 de novembro de 1831 formaliza a condição jurídica quando afirma no seu primeiro artigo que “todos os escravos que entrarem no território os portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres”. Porém somente com o apoio da Lei Eusébio de Queiroz em 1850 que as restrições ao tráfico de escravos ficarão mais severas e o cumprimento do direito a liberdade aos nascidos no Brasil também.
 - 21 Publicou em 1856 *L'Essair sur l'Inégalité des Races Humaines*. Residiu no Rio de Janeiro como representante da França no Brasil entre 1869-1870.
 - 22 José do Patrocínio, Luiz Gama, Lima Barreto, André Rebouças, Tobias Barreto, Machado de Assis, dentre outros.



Referências

ALMEIDA, José Ricardo. **A instrução pública no Brasil**. 1500 a 1889. Tradução Antonio Chizzoti. Brasília/ São Paulo: MEC/INEP, 1989.

BENCOSTA, Marcos Levy Albino (Org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Relatório de Paulino José de Souza. 1838. Disponível em: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u817/000006.html. Acesso em: abr. 2009.

_____. Relatório de Paulino José de Souza. Disponível em: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/770/000035.html. Acesso em: abr. 2009.

_____. Relatório Provincial. 1853. Disponível em: www.brazil.crl.edu/bsd/bsd/u829/00023.html. Acesso em: abr. 2009.

CALDEIRA, Sandra Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O lugar da educação na gênese dos serviços estatísticos em Minas Gerais. (Séculos XIX e XX). In: CONGRESSO DE PESQUISA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 2., 2003. p. 1072-1080. Belo Horizonte. **Anais...** Disponível em: <http://www.faced.ufu.br>.

CHAMON, Carla Simone, FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A educação como problema, a América como destino: a experiência de Maria Guilhermina. In: GONDRA, José G.; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (Org.). **Viagens pedagógicas**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

ESCOLANO, Augustin; FRAGO, Antonio Vinao. **Currículo, espaço e subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução Elementar no Século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliana Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

_____. Educação do povo e autoritarismo das elites: instrução pública e cultura política no século XIX. In: MAGALDI, Ana Maria; GONDRA, José G.; ALVES, Cláudia (Org.). **Educação no Brasil**: História, cultura e política. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; INÁCIO, Marcilaine Soares; ROSA, Walkíria Miranda; SALES, Zeli Efigênia Santos (Org.). **Escola, política e cultura**. A instrução elementar nos anos iniciais do Império brasileiro. Belo Horizonte: Argvmentvm. 2006.



FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A pesquisa histórica sobre cultura escolar no Brasil. In: BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; ARAÚJO, Mairce da Silva; ALVARENGA, Márcia Soares; MAURÍCIO, Lúcia Velloso (Org.). **Vozes da educação**. Memórias, histórias e formação de professores. Rio de Janeiro: DP et Alij, 2007.

FONSECA, Marcus Vinícius. **A educação dos negros**: uma nova fase do processo de abolição de escravidão no Brasil. Bragança Paulista: EDUSFF, 2002.

_____. Educação e escravidão: um desafio para a análise historiográfica. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 4, p. 123-144, 2002a (Dossiê Negros e Educação).

_____. Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da educação do negro e outras histórias**. Brasília: SECAD, 2005. p. 93-113.

FORTE, José Matoso Maia. **Memória da fundação de Iguassú**. Rio De Janeiro: Typografia Jornal do Comércio, 1933.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas**. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONDRA, José G. (Org.). **História, infância e escolarização**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

_____. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

_____. Escolarização e governo das multidões, reflexões acerca das formas de escola na Corte Imperial. In: BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; ARAÚJO, Mairce da Silva; ALVARENGA, Márcia Soares; MAURÍCIO, Lúcia Velloso (Org.). **Vozes da educação**. Memórias, histórias e formação de professores. Rio de Janeiro: DP et Ali, 2007.

_____. Exercício de comparação: um normalista na corte da Europa. In: GONDRA, José G.; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (Org.). **Viagens pedagógicas**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

GONDRA, José G.; SCHUELER, Alessandra Frota M. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GUEDES, Jordania Rocha de Queiroz; GONDRA, José G. Nas margens da corte imperial – análise do processo de disseminação de escolas na Villa de Iguassú (1838-1856). CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. **Anais...** Aracaju: SBHE/UFS/Universidade Tiradentes, 2008. 1. CD ROOM.



GUEDES, Jordania Rocha de Queiroz. As estatísticas e o processo de disseminação de escolas no município de Iguassú (1856-1870). SEMANA DE EDUCAÇÃO DA UERJ, 13, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

_____. **Das cores do silêncio**. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Ilmar R. **O tempo Saquarema**. A formação do Estado colonial. 4. ed. Rio de Janeiro: Access, 1999.

OLIVEIRA, R. da SILVA. De Iguassú a Nova Iguaçu: as transformações na organização espacial a partir dos eixos de transporte – uma leitura dos séculos XVIII e XIX. **Revista Universidade Rural**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 181-203, jul./dez. 2007.

PEREIRA, Waldick. **A mudança na vila**. Rio de Janeiro: Ed. Autor, 1970.

PERES, Guilherme. Sant' Anna das Palmeiras. **Ascensão e declínio de um pouso de tropeiros sob o esplendor do café**. Ensaio: São João de Meriti, 2000.

160 _____ **Tropeiros e viajantes na Baixada Fluminense**. Ensaio. Editora Gráfica Shaovan-Rio de Janeiro, 2000.

PEIXOTO, Afrânio Ruy. **História cronológica de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: Ed. Autor, 1968. (v. 1).

_____. **Imagens iguassuanas**. Rio de Janeiro: Ed. Autor 1969. (v. 1).

RIO DE JANEIRO. **A história de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_Iguacu. Acesso em:

SCHUELER, Alessandra Frota M. Professoras primárias na cidade do Rio de Janeiro. Notas sobre a feminização da docência. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v.1, n.13-14, p. 29-47, 2004.

SENRA, Nelson de Castro. **O saber e o poder das estatísticas**. Uma história das relações dos estatísticos com os estados nacionais e com as ciências. IBGE: Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, Adriana Maria Paulo. **Aprender com perfeição e sem coação**: uma escola para meninos pretos e pardos na corte. Brasília: Plano, 2000.



SOUSA, José Antonio Soares de. **A vida do Visconde do Uruguai**. São Paulo: Editora, 1944.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**. Uma nova perspectiva sociológica. Relume Dumará: Rio de Janeiro. 2003.

VARELA, Julia & URIA, Fernando. A maquinaria escolar. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 06, p. 68-96, 1991.

VEIGA, Cynthia Greive. Crianças Negras e mestiças no processo de institucionalização da instrução elementar, Minas Gerais, Século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004.

VIDAL, Diana Gonçalves. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, maio/ jun./jul./ago. 2000.

VIDAL, Diana Gonçalves. Mapas de Frequência a escolas de primeiras letras: fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 17, p. 41-67, maio/ago. 2008.

VILELLA, Heloísa. "Do saber fazer" à profissionalização docente na escola normal da Província do Rio de Janeiro. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v.1, n. 13-14, p. 49-67, 2004.

_____. O mestre-escola e a professora. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliana Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos e educação no Brasil**. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

RIO DE JANEIRO. **A história de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_Iguacu. Acesso em: set. 2009.

Mestranda Jordânia Rocha de Queiroz Guedes
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro | UNIRIO | Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Educação
Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação | NEPHE
Núcleo Estudos e Pesquisa em História da Educação Brasileira | NEPHEB
E-mail | jordaniaguedes@yahoo.com.br



Prof. Dr. José Gonçalves Gondra
Universidade do Estado do Rio de Janeiro | UERJ
(CAPES CNPQ/FAPERJ) | Rio de Janeiro
Faculdade de Educação
Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação | NEPHE
E-mail | gondra@oi.com.br

Recebido 15 nov. 2009

Aceito 17 dez. 2009